

TÍTULO

Bases teóricas e metodológicas para investigar, reconhecer e desinvisibilizar conhecimentos de gestão em experiências contra hegemônicas de trabalho e produção.

AUTOR

Pedro de Almeida Costa. Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: pacosta@ea.ufrgs.br

RESUMO

Este trabalho apresenta as bases teóricas e metodológicas de um projeto de investigação que objetiva identificar e descrever as práticas de gestão de experiências contra hegemônicas de trabalho. A motivação da investigação nasce da constatação que: a) tais experiências são desperdiçadas e invisibilizadas pela razão ocidental dominante, de modo que as suas práticas de gestão não são reconhecidas como válidas; b) mesmo os debates, políticas e investigações ditos contra hegemônicos discutem e propõem recorrentemente a busca de eficácia na gestão dessas experiências como forma de garantir competitividade em face das organizações capitalistas, para isso adotando e/ou fomentando as práticas e conceitos tradicionais de gestão, o que pode representar uma contradição teórica e metodológica. Postulamos que as práticas de gestão nessas experiências obedecem a outras racionalidades que precisam ser explicitadas e a investigação pretende contribuir para o entendimento desse conhecimento. Do ponto de vista teórico, o projeto revisará os conceitos de hegemonia e de modernidade, e vai propor a construção do conceito de organizações e experiências contra hegemônicas. Metodologicamente, a orientação é dialógica (interação entre conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos), construtivista (procurará construir conceitos a partir da práxis de ação-reflexão) e apoiada em pesquisa-participante. Como resultados da investigação, esperam-se produzir tecnologias sociais de gestão cuja legitimidade esteja assente na origem nos próprios sujeitos protagonistas das experiências e cuja repercussão econômica, política e cultural tenha implicações nas vidas desses mesmos sujeitos e das experiências por eles constituídas. O objetivo do texto é apresentar essas reflexões iniciais no para que, no debate com outros investigadores que trabalham com a mesma temática, o projeto possa ser maturado, melhorado e reorientado, no sentido de que o mesmo venha a produzir conhecimento relevante para a comunidade científica e para contribuir política e socialmente para as necessárias e desejadas transformações sociais.

1 SITUAÇÃO PROBLEMA

As dinâmicas sociais contemporâneas, matizadas e alicerçadas no discurso hegemônico (embora inconsistente) do fim da história e na afirmação (incontestável, segundo seus defensores) do capitalismo como único modo possível de organizar, não somente as práticas econômicas, mas todas as dimensões da vida social, legitimam e postulam um único modo possível de organizar o trabalho, ante o qual todas as demais experiências são negadas como válidas, invisibilizadas, ou então classificadas pejorativamente como “marginais” ou “alternativas”.

Há, por outro lado, e desmentindo esse discurso, uma diversidade de experiências que desafiam e contestam o discurso da homogeneidade e do pensamento único, ao afirmarem diferentes modos de viver, de conviver e de trabalhar que não são meramente resíduos “não integrados”, “marginais” ou “alternativos” ao que deveria ser o destino unívoco de qualquer processo civilizatório. Novos movimentos sociais, coletivos no campo da cultura, experiências de economia solidária, ou as comunidades formadas em torno de redes colaborativas como as ligadas ao software livre, são exemplos que tem esbanjado vitalidade e cujo entendimento completo ainda está por ser construído.

A necessidade de reconhecimento e entendimento dessas experiências inscreve-se num quadro teórico-político de crítica ao discurso a respeito do que é o mundo e quais são os modos “possíveis” e “corretos” de se trabalhar e se viver. Santos (2002b) lembra que esse esforço passa por pensarmos em “não reduzir a realidade ao que existe”, abrindo espaço para se re-conhecer as práticas emergentes. Na mesma obra afirma-se que existe um processo de produção de não-existência dessas práticas, e que “há produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (p.246).

Tenta-se produzir, nesse processo, a invisibilização proposital de toda e qualquer experiência, a partir da afirmação de um tipo de razão que advoga para si a prerrogativa de única juíza capaz de classificar e organizar a vida humana associada. Essa razão – ocidental e moderna - afirma, como corolário da sua onipotência: a) quais são os saberes válidos e úteis; b) a noção de tempo histórico linear como único capaz de descrever objetivamente a história; c) qual é o sistema classificatório e hierarquizador das pessoas e das suas atividades, que naturaliza as diferenças; d) o universal como a única escala plausível de reconhecimento de qualquer experiência; e e) a lógica produtivista, lastreada pela técnica racional, como veículo e como horizonte natural para o desenvolvimento de qualquer sociedade.

É contra esse conjunto de postulados que a teoria social crítica precisa se reorganizar para afirmar a possibilidade de múltiplas interpretações e manifestações de conhecimentos, de escalas e de lógicas de trabalho. Não se trata de proposição de “um” modo de organização que se proponha totalitário, totalizante e universal, capaz de substituir, no todo, essa racionalidade predominante. Ao contrário, a luta política que se inscreve e se mistura na produção de conhecimento em uma perspectiva crítica, quer abrir a possibilidade de afirmar uma “ecologia de saberes” (SANTOS, 2010) em que se admitam como possíveis as diferentes respostas para a organização da vida, e que são produzidas em diferentes contextos culturais, econômicos, políticos e sociais, minando assim a chamada “monocultura do saber”.

Essa mesma razão que Santos (2002, p.238) chama de indolente, apoiando-se em termo cunhado por Leibniz, e que preside e organiza os sistemas classificatórios responsáveis pela invisibilização das experiências que queremos conhecer, Leopoldo e Silva (1997) chama de razão instrumental. Para este último, que escreve a partir do campo da filosofia do conhecimento, o que ele reputa como superposição entre racionalidade e racionalidade instrumental foi um processo histórico que se constituiu na modernidade ocidental e que nos levou a só reconhecer como válido aquele conhecimento técnico apoiado nessa mesma racionalidade instrumental ou técnica, cuja expressão mais contundente é o cientificismo positivista, sustentado por evidências materiais e na matematização dos objetos e fenômenos.

É sobre essa racionalidade que se fundamenta a gestão como prática e, mais tarde, como pretensa ciência, mesma racionalidade que para Max Weber seria uma racionalidade de “dominação do mundo” (SOUZA, 2006), a racionalidade singular do ocidente moderno em que o ser humano se diferencia e exterioriza em relação ao mundo. Na forma de uma “mentalidade econômica”, segundo Swedberg (2005), essa racionalidade estaria na base da explicação que Weber teria a respeito do desenvolvimento do capitalismo.

Uma vez imposta a hegemonia do saber ocidental e da sua técnica, a todos os espaços e tempos, essa racionalidade - ou mentalidade - torna-se a única legítima e merecedora de reconhecimento científico, político e econômico e que passa, então, a ser o grande vetor de orientação para todas as ações derivadas do que o mesmo Weber chamou de “matriz cultural do ocidente”. O particular tornou-se universal, ou ao menos construiu um discurso de si mesmo que o afirma, e que, diga-se de passagem, é extremamente eficaz em convencer seus interlocutores a esse respeito. Como lembra Bourdieu (1996), quando se usa uma “linguagem autorizada”, não se busca unicamente ser compreendido, mas também obedecido, acreditado, respeitado e reconhecido.

O estudo a respeito dos modos de gestão das organizações e experiências que, nesse sentido, podem ser chamadas de contra hegemônicas, alinha-se em uma perspectiva crítica de pesquisa, que não é um tema novo de trabalhos em estudos organizacionais no Brasil, como salientam Davel e Acaldipani, (2005), ao ressaltarem a produção intelectual de pensadores como Alberto Guerreiro Ramos, Maurício Tragtemberg e Fernando Prestes Motta.

Para investigar o limite e o alcance dessas práticas contra hegemônicas, no sentido de seu efetivo poder de transformar ou contribuir em processos de transformação social é preciso, contudo, desconstituir a gestão como expressão dessa racionalidade monocórdica e assumir, ainda que provisoriamente, ou como uma hipótese de pesquisa, a existência de modos de gestão ancorados em razões diversas e que, portanto, não se orientam única e exclusivamente para a produção de riqueza econômica, mas sim por um conjunto de necessidades e anseios.

Dito de outra forma, é preciso, para fins desta pesquisa, orientar-se por um postulado ontológico de que os seres humanos, em situações de trabalho e produção, não são estritamente racionais e não pautam as suas ações unicamente pelo sentido utilitarista de maximização de resultados. E mais ainda, esse pressuposto ontológico leva a reputar outras orientações de ação não como “irracionais”, mas como “racionais de outro modo”, sem com isso advogar para si mesmas essa racionalidade como única, e sim como diversa, como mais uma entre infinitas possibilidades de ação que os sujeitos podem escolher para trabalhar e para viver.

Do ponto de vista da produção de conhecimento, identificar quais são esses “orientadores” da ação organizativa de experiências dessa natureza consiste na construção de categorias que poderão vir a constituir um conceito novo de gestão, que vamos procurar chamar de gestão alternativa.

Registre-se que é preciso afirmar o “alternativo” não como mero marginal, subsumido, ainda que de forma camuflada, no todo dominante - e que o reforçaria: sustenta-se o “alternativo” como o outro/álter invisibilizado que afirma a diversidade do real e procura se legitimar nesse mesmo processo de afirmação de si e, principalmente, do que ele representa como negação da totalidade.

Assim, a presente investigação se organiza em torno de uma problemática de pesquisa que passa por tentar identificar e descrever as práticas de gestão de um conjunto de experiências de economia solidária – tomadas como exemplo e um tipo particular de experiências contra hegemônicas - assim como refletir a respeito delas, de modo a tentar revelar esses orientadores da ação e com isso se aproximar da construção de categorias e de um conceito que permitam conhecer esse fenômeno.

Não queremos, entretanto, reincidir no reducionismo positivista que, segundo o alerta de Leopoldo e Silva (1997, p.4), poderia ter a grave consequência de querer “dissolver a realidade no ato de sua transformação em objeto de conhecimento”. Antes disso, pela própria constituição dialética do fenômeno e da sua dinâmica de sintonia com o coletivo de pessoas implicadas nessas experiências, o que se pretende é fazer o exercício de uma práxis em que os ciclos de ação-reflexão sejam permanentes, de modo que o conhecimento possa assumir o papel de dinamizador das práticas ao mesmo tempo em que as revele.

Ou seja, a busca de construção de um conceito para essa forma de gestão não pretende reduzir a realidade a ele – conceito – mas somente criar um meio de conhecer de modo aprofundado e aberto o que se passa nessas experiências e como elas se organizam. Entendemos que nesses espaços há um saber prático que precisa ser explicitado e entendido.

A partir dessa discussão, o OBJETIVO GERAL desse projeto de investigação será identificar, descrever e refletir a respeito das práticas de gestão em experiências contra hegemônicas de organização do trabalho.

Além das implicações políticas a respeito das quais refletimos ao apresentar a situação-problema, do ponto de vista acadêmico estamos diante de um desafio metodológico e epistemológico. Metodologicamente, o projeto vai permitir o exercício de produção de conhecimento típico das pesquisas participantes, a seguir descritas, e que implicam em uma reflexão crítica a respeito dos processos de produção de conhecimento, do papel dos pesquisadores e dos demais sujeitos da pesquisa. O desafio epistemológico consiste em orientar a investigação de modo a tentar identificar quais são as categorias a partir das quais seja possível entender como se dá a organização do trabalho e como operam as práticas de gestão já existentes nas experiências estudadas.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO A SER DESENVOLVIDO: O QUE PODE VIR A SER GESTÃO ALTERNATIVA?

Santos (2002a) faz importante reflexão ao introduzir a apresentação de diferentes experiências contra hegemônicas de trabalho, em um texto produzido ainda no contexto hiperhegemônico do neoliberalismo, em que a crença de que “não havia alternativa” era ainda muito forte e no qual as “alternativas sistêmicas” ao capitalismo haviam sido desfeitas, por sua inviabilidade econômica e pelo autoritarismo político que desencantou toda uma geração de pensamento político.

A falência da “Alternativa” abriu espaço para que o pensamento crítico e a resistência produzissem “alternativas” (no plural) que, no curto e médio prazo, precisariam ser viáveis em um contexto de domínio capitalista. Essa busca de viabilidade não implicaria, necessariamente, na aceitação acrítica do presente como única forma possível de organização econômica. Essas práticas teriam a função de ampliação do espectro de possibilidades de alternativas. Se não são alternativas “sistêmicas”, significa

que, em algum grau, mantêm algum tipo de relação, mais direta ou mais indireta, com os mercados, sem que isso lhes retire o seu potencial emancipador.

O alternativo, ainda a partir dessa mesma leitura, seria sempre em RELAÇÃO a algo. É um “outro”, do ponto de vista etimológico, e isso implica que existe o “um”. O adjetivo "alternativo" alternativo teria, então, o risco iminente de reafirmar a hegemonia do “um”, por isso é preciso cuidado e manter permanentemente a postura crítica.

Como o próprio autor menciona:

Existem razões para questionar a conveniência política e teórica da utilização desse adjetivo - qualificar algo como alternativo implica, desde logo, ceder terreno àquilo a que se pretende opor, o que, assim, reafirma o seu caráter hegemônico. Contudo, pensamos que, em vez de uma mudança de linguagem, o que se exige no início de uma interrogação que procura teorizar e tornar visível o espectro de alternativas é formular a pergunta óbvia: alternativo em relação a que? (SANTOS, 2002a, p.27).

Para responder a essa questão seria necessário, portanto, primeiro entender o sistema hegemônico de organização do trabalho contra o qual se levantam e apresentam as experiências alternativas. Segundo o autor, a crítica ao capitalismo tem tradicionalmente três eixos: 1) a produção sistemática de desigualdades, seja por força da contradição de classes, seja por outras formas de dominação; 2) a redução da sociabilidade ao intercâmbio econômico e à realização do benefício pessoal, empobrecendo enormemente as possibilidades de relações sociais; 3) a exaustão violenta dos recursos naturais por conta do sempre crescente processo produtivo. No campo das experiências, essas três formas de crítica e de luta acabam se misturando e combinando de formas e em graus diversos, além de se manifestarem em diferentes escalas. Contudo, elas teriam em comum a orientação de não se advogarem como substitutas do capitalismo, a um só golpe, mas de articularem, em diferentes medidas, princípios de igualdade, solidariedade e respeito à natureza.

Nesse sentido, teorizar sobre o "alternativo", como um modo de organização do trabalho, passa por conhecer e entender como se opera, mas passa, também, por saber se e como tais práticas produzem no seu cotidiano o enfrentamento efetivo do que é criticado no modelo capitalista hegemônico.

3 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa será desenvolvida a partir do campo empírico aberto pelas atividades de extensão do NEGA – Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa – da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), localizada em Porto Alegre, no sul do Brasil. O NEGA está registrado como Programa Permanente para abrigar atividades de pesquisa, ensino, extensão e grupos de estudos em torno da temática de Gestão Alternativa. A partir desses espaços e de diferentes interações com experiências chamadas de contra hegemônicas no seu modo de organizar o trabalho – notadamente grupos e Empreendimentos de Economia Solidária (EES) – apresentam-se possibilidades profícuas de investigação, conhecimento e reflexão a respeito de práticas de gestão diversas daquelas construídas e aplicadas em organizações privadas e públicas.

O estudo será feito a partir de um conjunto de EES que estão se articulando para a formação da Cadeia Produtiva da Lã, que envolve etapas desde a produção de ovelhas,

tosquia, lavagem, cardagem e fiação da lã, até a produção de peças de vestuário, utilidades e principalmente artesanato com o uso de lã. A escala de formação da cadeia é de todo estado do Rio Grande do Sul, pois conta com o apoio de uma política pública para financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos e capacitação técnica para todas as etapas produtivas da cadeia. A política pública está sendo promovida pelo governo estadual e o NEGA participa como agente que atua como facilitador e também articulador desse processo, ao mesmo tempo que procura problematizá-lo permanentemente, no sentido de aprimorá-lo e torná-lo mais empoderador e construtor de autonomia para os EES e sujeitos que nele estão implicados.

Para alcançar os objetivos propostos, o pesquisador, utilizará a estratégia de Pesquisa-ação, uma modalidade de pesquisa participante (BRANDÃO, 1984; THIOLENT, 1997), que envolve etapas de mapeamento, diagnóstico, avaliação e construção coletiva de ferramentas e tecnologias sociais que se configurem como soluções de gestão construídas pelos próprios sujeitos, em diálogo com a equipe de pesquisa e adequadas às suas particularidades culturais, econômicas, organizativas e políticas.

Entendemos que o acompanhamento e observação desse processo de reflexão sobre a prática, seguida da construção e implementação crítica de alternativas pode ser reveladora das categorias a partir das quais seja possível identificar e tipificar o modo "alternativo" de organização do trabalho, evidentemente sem querer reificá-lo no conceito em si, além de possibilitar para os sujeitos das experiências a própria ressignificação do processo organizativo e do fazer cotidiano que experenciam.

Parte-se do entendimento de que a pesquisa-ação, como uma categoria de pesquisa participante, aquela em que “[...] o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser não o seu [...] mas o da própria cultura que investiga” (BRANDÃO, 1984, p.12), permite a suficiente flexibilidade que o campo empírico exige, não só pela sua complexidade intrínseca, mas por permitir que a ciência produzida seja, como aponta Demo (2005), socialmente relevante. Em investigações anteriores, de 2009 a 2013, o autor já trabalhou com essa metodologia, que se mostra bastante apropriada à natureza do problema de pesquisa e também guarda uma relação privilegiada com as práticas de extensão, ao se mostrar aberta à construção conjunta de conhecimento entre universidade e sociedade (COSTA, 2011; 2013).

A primeira etapa da pesquisa prevê uma revisão e atualização conceitual das diferentes categorias teóricas que estão envolvidas na questão de pesquisa, em especial a própria hegemonia e a racionalidade que a sustenta. Do ponto de vista empírico esta etapa envolverá o conhecimento e diagnóstico de um conjunto específico de experiências com o qual o pesquisador já vem lidando no âmbito do referido Núcleo de Estudos (NEGA), antes apontado. Essa etapa corresponde, no método de pesquisa-ação, às fases inicial e exploratória, nas quais, como aponta Thiollent (1997) se espera desenvolver um mapa conceitual e a pesquisa de campo diagnóstica. Essas metas esperadas da fase impõem à pesquisa-ação dois desafios, um de caráter interno e outro externo. Internamente é preciso construir e validar os instrumentos de pesquisa diagnóstica, e externamente é preciso divulgar e obter adesões ao projeto, construir a relação com os sujeitos da pesquisa e estabelecer claramente com eles os limites da pesquisa e da ação. Como o NEGA, já possui uma ação em andamento, anteriormente descrita, há dados de diagnóstico já disponíveis e que poderão ser rapidamente aportados à pesquisa, abreviando essa etapa.

A segunda etapa consiste em avaliar criticamente as práticas de gestão interna aos EES e da própria cadeia que eles tentam formar, à luz do referencial teórico que for sendo revisado e atualizado ao longo da pesquisa e, especialmente, em face dos desafios que essa estruturação apresenta. Tal reflexão teórico-conceitual não deve ser exclusiva da equipe de pesquisa e precisa envolver os próprios sujeitos e experiências pesquisados num processo dialético de desconstrução e reconstrução de conhecimentos que ajudem a interpretar a complexidade da cadeia que se forma e o modo existente de organizar o trabalho. Ao mesmo tempo, pretende-se continuar acompanhando as dinâmicas de organização da cadeia, como forma de continuar agregando informações ao acervo da pesquisa. Estima-se para essa etapa um período de 12 meses, correspondente à fase principal da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1987), que é passo fundamental para etapa seguinte.

A terceira etapa corresponderia à fase de ação, ou seja, de se implantar processos e soluções surgidas da discussão coletiva dos problemas. Também exige a mobilização permanente da equipe, apoiando permanentemente a construção de mecanismos coletivos de gestão da cadeia. O acompanhamento dessa fase permitirá à equipe de pesquisa avaliar de modo bastante alargado a dinâmica de todo o processo que terá envolvido o mapeamento/diagnóstico, a construção e a implementação das tecnologias sociais. No cronograma, corresponderia aos últimos doze meses de pesquisa, embora, pela natureza da cadeia e por fatores externos que podem ter implicações na dinâmica de organização da mesma, muitas vezes possa acontecer simultaneamente aos processos da fase anterior, de diagnóstico e construção de soluções.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como referido no resumo do presente texto, o seu objetivo é trazer para discussão na comunidade acadêmica um projeto de investigação que vem sendo maturado há algum tempo pelo seu autor, em diálogo com outros colegas que atuam no mesmo Núcleo de Estudos. Com a publicização dessa discussão, no espaço como o do Colóquio Alice, queremos dividir algumas inquietações e suposições sobre esse campo de práticas, esperando que o debate sobre elas ajude a dar forma acabada à investigação, ao incorporar sugestões e problematizações dele decorrentes.

Nesse sentido, o texto expôs, mínima e - cremos - insuficientemente, a situação-problema de onde partimos e alguns de nossos pressupostos teóricos e metodológicos com os quais queremos trabalhar para dar conta dessa problemática. Procuramos justificar acadêmica e politicamente investigação e apontar rapidamente de que campo empírico estamos falando. Com isso, esperamos ter apresentado alguns elementos mínimos que permitam aos leitores entender a investigação proposta e poder discuti-la criticamente no ambiente do Colóquio e também em outras formas de interação, quiçá estimulando investigações semelhantes em outros espaços, escalas e experiência, e que possa futuramente vir a dialogar com o que estamos estudando.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. São Paulo, Edusp, 1996.
- BRANDÃO, C. R. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COSTA, Pedro de Almeida. Relatório final de pesquisa ARD 003/2009. Porto Alegre: UFRGS, 2011, 53 p.

_____. Relatório final de pesquisa PQg 02/2011. Porto Alegre: UFRGS, 2013, 21 p.

DAVEL, Eduardo; ALCADIPANI, Rafael. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira dos anos 1990. In: Revista de Administração de Empresas. V.43, n.4. São Paulo, 2003. p. 72-85.

DEMO, P. Avaliação qualitativa. Campinas: Editores Associados, 2005, 8ª ed. (polêmicas do nosso tempo: 25).

LASSANCE JR. A. E.; PEDREIRA, J. S. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: LASSANCE JR. et al (Org.). Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. Conhecimento e razão instrumental. In: Psicologia USP. Volume 8, n.1, 1997,15p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, p.23-77.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 237-280, Coimbra: CES, 2002b.

_____. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010, p.15-27.

SOUZA, Jessé. Apresentação: o mundo desencantado. In: WEBER, Max. A gênese do capitalismo moderno. São Paulo: Ática, 2006, p.7-12.

SWEDBERG, Richard. Max Weber e a ideia de sociologia econômica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005 (Economia e sociedade: 5).

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 82-103.

_____. Pesquisa-ação nas organizações. São Paulo, Atlas, 1997.